PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 992/XII/3.ª

CHUMBA A ATUAÇÃO DA TROIKA E REJEITA O CAMINHO DE AUSTERIDADE IMPOSTO PELO TRATADO ORÇAMENTAL NO PÓS-TROIKA

A entrada da Troika em Portugal aconteceu sob uma enorme chantagem: "Não há dinheiro para pagar salários e pensões". Quase três anos depois, ficou bem patente a falsidade deste argumento. Não só não se salvaram salários e pensões, como estes foram os alvos principais dos cortes realizados pelo Governo, a par das funções sociais do Estado. Quem se salvou foi o sistema financeiro e o abuso dos grandes negócios do regime, esses que vivem acima das possibilidades do país.

A Troika deve ser avaliada e as consequências da política de austeridade prevista no memorando (Plano de Assistência Económica e Financeira - PAEF) não podem deixar de ser analisadas pelo olhar crítico de um país que está agora pior. Quando os representantes da maioria parlamentar anunciam que "a vida das pessoas não está melhor, mas a vida do país está muito melhor", a conclusão que se pode tirar é que o país de que falam não pode ser Portugal, pelo menos se fizermos uma análise concreta dos principais indicadores e das dificuldades que enfrentam a generalidade das pessoas que vivem no país.

Como foi anunciado pelo Primeiro-Ministro, o memorando de entendimento teve como objetivo o empobrecimento do país. Na verdade, esse foi o grande objetivo alcançado, facto que é demonstrado pela enorme contração do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e redução da riqueza nacional. A Figura 1 ilustra a evolução do PIB no período da presença da Troika em Portugal.

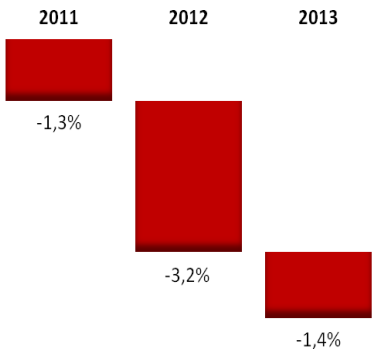

Figura 1- Evolução do PIB no período da Troika - 2011 a 2013 (Fonte INE)

A austeridade levou o país à maior recessão das últimas três décadas. O número de falências disparou, o desemprego também e as contas públicas ressentiram-se, com a dívida pública a disparar. A austeridade atacou as pessoas e a economia, criando uma enorme destruição do mercado interno.

Quando o Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho afirmou em debate parlamentar que "não podemos regressar aos salários e pensões de 2011", deu conta de uma perceção sobre a evolução dos rendimentos das famílias nos últimos anos, para além de uma intenção futura. Um dos dados mais brutais para a análise do que aconteceu ao país é o da comparação da evolução do PIB, que dá conta da austeridade ter levado ao retrocesso do PIB a valores do ano 2000. Esta realidade, ilustrada na Figura 2, é inequívoca e demonstra a destruição de riqueza realizada.

O número de postos de trabalho destruídos é outro dos dados alarmantes. Segundo os dados oficiais, a população empregada em 2013 era inferior à população empregada à data de 1997. Mais uma vez, um dos principais indicadores sobre o país dá conta de um retrocesso superior a uma década, facto que decorre da política de austeridade e das escolhas do Governo, ancoradas no memorando da Troika.

Hoje existem menos pessoas a trabalhar no nosso país do que havia há uma década e meia. A taxa de desemprego assume valores inaceitáveis e a emigração tornou-se um flagelo, resposta de último recurso para quem não consegue ter uma solução para o seu futuro no mercado de trabalho nacional.

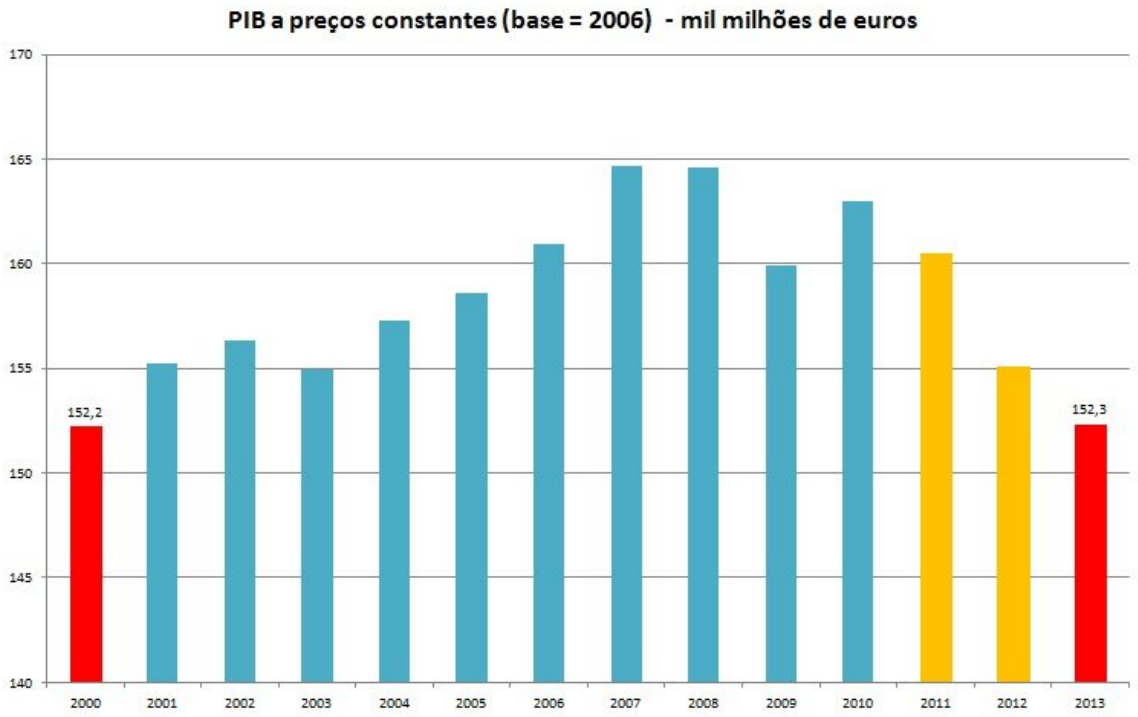

Figura 2 - Demonstração da perda de riqueza nacional para patamares do início do século (F: INE)

Por outro lado, a realidade laboral mudou consideravelmente, com uma redução da média salarial paga aos trabalhadores e com a proliferação do subemprego - postos de trabalho com horário entre 2 a 10 horas semanais. Há cada vez mais trabalhadoras e trabalhadores que, apesar de terem um salário, não conseguem sair da pobreza.

Aliás, os dados conhecidos sobre a evolução da pobreza em Portugal demonstram a perversidade da aplicação da austeridade ao país: temos uma sociedade mais desigual e cada vez mais pessoas em risco de pobreza. São as crianças, as famílias com filhos e os desempregados quem está em maior risco de pobreza. A austeridade deixa cada vez mais pessoas para trás.

A falta de perspetivas e a destruição de um futuro com crescimento é a consequência da política de austeridade. Os jovens são também exemplo disso. A austeridade retira-lhes a liberdade e a capacidade de emancipação. O número de jovens com idades até aos 30 anos que ainda vivem com os pais atinge os 55%. E, quando questionados sobre o seu futuro, quase metade acha que será inevitável a emigração. Esta é a imagem de um país ao qual a austeridade tem roubado a ideia de futuro.

O PÓS-TROIKA PROMETIDO PELO GOVERNO SERÁ MAIS DO MESMO

Os caminhos do memorando eram de cortes e austeridade. O pós-troika segue a mesma cartilha. O Governo ainda não anunciou como lidará com o final do memorando. Apesar de incapaz de assumir uma saída para os mercados ou a assunção de um programa cautelar, a verdade é que já se começa a vislumbrar que teremos mais austeridade a ser preparada. Na antecipação do Documento de Estratégia Orçamental já está assumido que se procederá a novos cortes. O valor, ainda não afirmado pelo Governo, deverá rondar os 2 000 milhões de euros. Essa é a obrigação para o cumprimento do Tratado Orçamental. Não haverá um "virar de página", antes a continuação de uma política de austeridade que é o terror do país.

Os novos cortes já estão a ser preparados. Entre o que vai sendo conhecido, o Governo prepara a revisão das tabelas salariais e de suplementos no Estado que poderão significar corte adicional de 445 milhões de euros. Esta é a intenção de reduzir em mais 5% o rendimento dos funcionários públicos e poderá aplicar-se em sobreposição às reduções salariais já existentes. O Governo esconde ainda parte do que vai apresentar para cumprir com as metas orçamentais que assinou.

A assinatura do Tratado Orçamental, que Portugal foi dos primeiros a realizar, implica a criação de um conjunto de regras relativa ao défice e à dívida que tornam permanentes as políticas de austeridade. Foi o próprio Presidente da República quem quantificou o período: 20 anos. Esse é o calvário da austeridade que o Tratado Orçamental nos reserva. Cortes permanentes em salários e pensões, redução da qualidade das funções e serviços sociais do Estado, a criação de uma sociedade mais injusta e menos solidária.

São várias as vozes na sociedade que se levantam contra o Tratado Orçamental e pela reestruturação da dívida pública. Mesmo personalidades da direita política, com responsabilidades em governos anteriores, dão conta da impossibilidade do cumprimento das regras estabelecidas. É um caminho de empobrecimento condenando o país ao desastre social. É, por isso, necessário romper com estas restrições que são a condenação do país e criar um caminho de crescimento económico que responda às necessidades das pessoas.

A ausência de consulta popular sobre o Tratado Orçamental foi uma das escolhas dos governos europeus. Conscientes que os povos rejeitariam um caminho de empobrecimento, impediram a realização de referendos. Este foi mais um ato de uma história da construção europeia feita à revelia dos povos. É necessário conquistar esse preceito democrático e levar a votos o Tratado Orçamental e a política de austeridade. Se é esse o pilar do pós-troika, é essa a escolha política que deve ser colocada a consulta popular.

O Tratado Orçamental é escolha política de quem coloca a dívida e o défice como armas para submissão de um povo. É a escolha de rejeitar mexer nos direitos dos especuladores, para depois cortar em salários e em pensões. É o caminho que não podemos seguir, em nome das pessoas e de um país para todos.

O pós-troika é mais do mesmo, porque radica na chantagem inicial da dívida. O Tratado Orçamental será mais um instrumento dessa chantagem. Para o Bloco de Esquerda a resposta deve ser a derrogação do Tratado Orçamental, para libertar o país destas restrições financeiras, e a reestruturação da dívida, para acabar com a chantagem.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia da República:

1. Dar nota negativa à Troika e à austeridade que durante três anos empobreceu o país, cortando salários e pensões e aumentando o risco de pobreza na população;

2. Recomendar ao Governo a realização urgente da reestruturação da dívida pública, como condição para a realização de investimento público criador de emprego e gerador de dinâmica económica;

3. Recomendar ao Governo a devolução dos rendimentos tirados e a redução da carga fiscal;

4. Rejeitar mais cortes em salários, pensões e nos serviços públicos;

5. Suspensão do Tratado Orçamental até à realização de um referendo nacional sobre a sua aprovação.

Assembleia da República, 26 de março.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,